



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional de Defesa Infância e da Juventude

POSICIONAMENTO TÉCNICO 002/2022

Assunto: Termo de Autuação (Doc: 14019778. Auto: 2019/46832).

Objeto: Procedimento de Gestão Administrativa – Existência de possíveis irregularidades junto às instituições de acolhimento, quanto ao uso indiscriminado de medicamentos controlados pelas crianças e adolescentes acolhidos.

Demanda: Sugestão de construção de fluxo, com adoção de estratégias de avaliação e planejamento de estratégias educativas e sanitárias sobre o tema.

Responsável: Gilberto Lucio da Silva. Analista Ministerial em Psicologia. Matrícula nº 178510-9.

Marcos Normativos: Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009 (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes); Resolução CNMP nº 71/2011, de 15 de junho de 2011 (Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências); Resolução CNMP nº 96/2013; Resolução CNAS nº 23/2013; NOB/RH/SUAS; Plano Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Resolução CONANDA, nº 177, de 11 de dezembro de 2015 (Dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de não serem submetidos à excessiva medicalização); Portaria/SVS nº 344, de 12 de maio de 1998 (Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial); RDC ANVISA nº 300, de 12 de agosto de 2019 (Dispõe sobre a atualização do Anexo I – Listas de Substâncias Entorpecentes,

Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial); Resolução CPJ/MPPE nº 001/2002 (Fixa as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça – Criminal, Cível e de Defesa da Cidadania).

I. INTRODUÇÃO

A excessiva medicalização de transtornos de conduta apresentados por crianças e adolescentes está associada, muitas vezes, a uma compreensão limitada dos problemas de aprendizagem, comportamento e disciplina, tomados como evidências de patologias individuais, desconsiderando o próprio direito à saúde de crianças e adolescentes enquanto pessoas em desenvolvimento. Em situações extremas, este *modus operandi* pode mesmo vir a configurar atos de negligência, discriminação e opressão praticados por serviços de acolhimento institucional e unidades de cumprimento de medidas socioeducativas.

Conforme despacho contido no PGA em tela, recepcionado via sistema Arquimedes, pela Guia nº 2021/2577807, relato apresentado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção, em Ofício-Circular nº 01/2019/ACAF-ADOÇÃO/ACAF-ADM/DRCI/SNJ/MJ (fls. 3-3v), identificou “preocupação com o uso de medicação controlada no Brasil, em crianças e adolescentes acolhidos”, com impacto em seu processo de adaptação e inserção em família substituta.

Com base nesse informe, o CAO-IJ havia providenciado expedição de Ofício Circular nº 05/2019, dirigido aos Promotores de Justiça responsáveis pela fiscalização das casas de acolhimento do Estado de Pernambuco, em que enfatizava ser necessário observar, por ocasião da realização de inspeções nas referidas entidades, possíveis irregularidades quanto ao uso indiscriminado de medicação controlada em crianças e adolescentes, além de adotar, como primeira linha de atuação, o levantamento da última ida da criança ou adolescente ao médico para avaliação.

Em Posicionamento Técnico nº 001/2019, esta equipe salientou em suas considerações ser necessário que as Promotorias de Justiça requisitassem especificamente aos Serviços de Acolhimento Institucional implantados na comarca a apresentação do quantitativo atualizado das crianças e adolescentes acolhidos que façam uso de psicofármacos (antipsicóticos, antiepilépticos, ansiolíticos,

antidepressivos, entre outras substâncias sujeitas a notificação de receita (Portaria MS/ANVISA nº 334/1998, atualizada pela RDC ANVISA nº 300/2019).

Não menos importante, a atuação junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, ao Conselho Municipal de Saúde, e à Secretaria Municipal responsável pela aquisição e controle de medicamentos, de modo a obter dados atualizados sobre a compra dos referidos psicofármacos, quando direcionados ao uso de crianças e adolescentes acolhidos.

Novo Posicionamento Técnico, expedido em 19/02/2020, esta equipe apreciou as intervenções iniciais realizadas em algumas comarcas do estado de Pernambuco, a exemplo das Promotorias de Justiça de Ferreiros, Olinda, Orobó, Bodocó, Granito, Belo Jardim, Ibirajuba e Vitória de Santo Antão, considerando que a atribuição do CAO-IJ estava restrita ao auxílio da atividade funcional do Ministério Público, cabendo aos órgãos com função executiva a prossecução das intervenções cabíveis quanto à demanda ora identificada.

II. METODOLOGIA

Objetivando fundamentar a apreciação técnica da demanda foi consultada a legislação de regência e pesquisa de ações de igual teor, desenvolvidas pelo ministério público em outros estados da federação, consulta a roteiros de inspeção sanitária em abrigos, casas lares, repúblicas e outras entidades socioassistenciais elaborados pelo poder público, procedendo-se a análise a partir de estudos e textos de referência sobre a temática.

III. SUGESTÃO DE INICIATIVAS INSTITUCIONAIS

Com base em experiências adotadas em outros estados brasileiros, é possível sugerir algumas ações pedagógicas e de promoção de direitos junto às entidades de acolhimento institucional fiscalizadas pelo Ministério Público:

a) Solicitar apresentação da proposta terapêutica e educacional desenvolvida para jovens e crianças em situação de acolhimento institucional, procurando identificar se a administração contínua de medicamentos e o isolamento são utilizados como

práticas de controle voltadas para crianças consideradas com problemas comportamentais;

b) Quando da realização da inspeção periódica estabelecida pela Resolução CNMP nº 71/2011, providenciar a apreciação de uma amostra do Plano Individual de Atendimento (PIA) de algumas crianças e adolescentes acolhidos, se possível com suporte de equipe técnica, observando a adoção de práticas relacionais ou pedagógicas junto à família e ao ambiente escolar de cada acolhido, ou se é possível constatar a ênfase no uso do diagnóstico médico e na prescrição medicamentosa nos casos de transtornos de comportamento com o fito de obter meramente o controle ou a contenção do acolhido¹;

c) Promover reuniões de articulação com a rede de entidades responsáveis pela garantia de direitos (Casas de Acolhida, Conselho Tutelar, Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, entre outras) para tratar especialmente da temática, e estabelecer estratégias pactuadas de intervenção multiprofissional;

d) Promover ações junto ao Poder Executivo Municipal para ampliar espaços voltados à promoção da saúde, políticas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, com ênfase em ações psicossociais e não medicalizantes, com destaque para a implantação ou estabelecimento de fluxo para atendimento em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi).

IV. SUGESTÃO DE FLUXOS DE INTERVENÇÃO

Caso entenda necessário, além dos dados colhidos no formulário previsto pela Resolução CNMP nº 71/2011 (anexo I, item 3.4 – Documentos da área da saúde), a inspeção da instituição de acolhimento institucional poderá apreciar os seguintes pontos:

1 Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), Transtorno Bipolar Infantil (TBI) e o Transtorno Disruptivo de Desregulação do Humor (TDDH), entre outros diagnósticos.

1. Inspeção de rotina – dados complementares

1.1 – Atendimento

- Identificar usuários do serviço com transtornos cognitivos ou psiquiátricos – Solicitar relação dos acolhidos que fazem uso de medicamentos de controle especial;
- Observar registro das intervenções em saúde no prontuário individual do acolhido e/ou de intercorrências no livro de ocorrências.

1.2 – Medicamentos²

- Verificar se todos os medicamentos administrados na unidade possuem prescrição médica adequada;
- Identificar um profissional responsável pela guarda dos medicamentos;
- Observar se os medicamentos de controle especial são armazenados em local fechado e com chave, em local adequado (longe da umidade e calor);
- Verificar se existe controle do prazo de validade dos medicamentos;
- Comprovar que, caso haja fracionamento de medicamentos, se este é feito de forma correta (identificação do nome, nº lote, prazo de validade).

1.3 – Referenciamento

- Avaliar protocolo de acesso à Rede de Saúde Mental e Atenção Psicossocial do município;
- Identificar locais de atendimento dos acolhidos na rede municipal de saúde: Centro de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Equipe de Saúde da Família (ESF), Unidade Hospitalar ou serviços profissionais particulares.

2 Medicamentos controle especial - Portaria MS/ANVISA nº 334/1998, RDC ANVISA nº 300/2019.

Uma vez detectada questão que demande ação do Ministério Público, a exemplo de denúncia de excessos na administração de medicamentos na casa de acolhida, falhas no controle e armazenamento dos medicamentos ou ausência de intervenções psicossociais em casos de saúde mental, entre outras, deve-se avaliar a aplicação dos procedimentos a seguir delineados:

2. Notícia de Fato – Uso excessivo de psicofármacos

2.1 – Instauração Procedimento Administrativo (a partir de Notícia de Fato ou de ofício sobre irregularidades)

- Encaminhar ofício ao gestor municipal da política de atendimento socioassistencial solicitando providências e/ou averiguação das irregularidades;
- Encaminhar ofício à coordenação do serviço de acolhimento institucional, solicitando esclarecimentos acerca do fato denunciado (definição acerca da exposição do(s) denunciante(s), se adequada ou não);
- Solicitação de documentação complementar sobre a administração de medicamentos em crianças e adolescentes acolhidos;
- Requisitar inspeção da Vigilância Sanitária;
- Notificação de pessoas para esclarecimentos;
- Requisitar parecer técnico de órgão do MPPE;
- Reunião ou Audiência Extrajudicial com a rede para complementar informações (opcional);

2.2 – Intervenções

- Instauração de Procedimento Preliminar;
- Instauração de Inquérito Civil;
- Celebração de TAC;
- Expedição de Recomendação;
- Ingressar com ACP.

V. CONCLUSÃO

É comum a presença de “critérios de elegibilidade”, funcionando como filtros, para o acolhimento da população infantojuvenil a partir de categorias como “histórico de rua”, “drogadição”, “infração”, “saúde mental” e “faixa etária” na rede de serviços socioassistenciais. Evidentemente, tais categorias podem produzir efeitos nem sempre em sintonia com preceitos da doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes, preconizados pelo ECA.

A busca por estratégias facilitadoras do cotidiano de trabalho nos serviços de acolhimento institucional, pode, sobretudo, padronizar as expressões das crianças no sentido de um comportamento ideal, associado ao controle de emoções e vivências que, se adequadamente administradas, podem proporcionar amadurecimento e um equilíbrio subjetivo autossustentado. A medicação utilizada adequadamente pode garantir a base de modulação do comportamento que venha a permitir o alcance de oportunidades afetivas, educacionais e sociais.

Espera-se que as sugestões aqui apresentadas possam contribuir para promover a emancipação de direitos fundamentais à vida e à saúde.

Em complemento, encaminhamos fluxogramas que condessam as rotinas de inspeção e apuração de irregularidades acima delineadas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Recife, 15 de março de 2022.

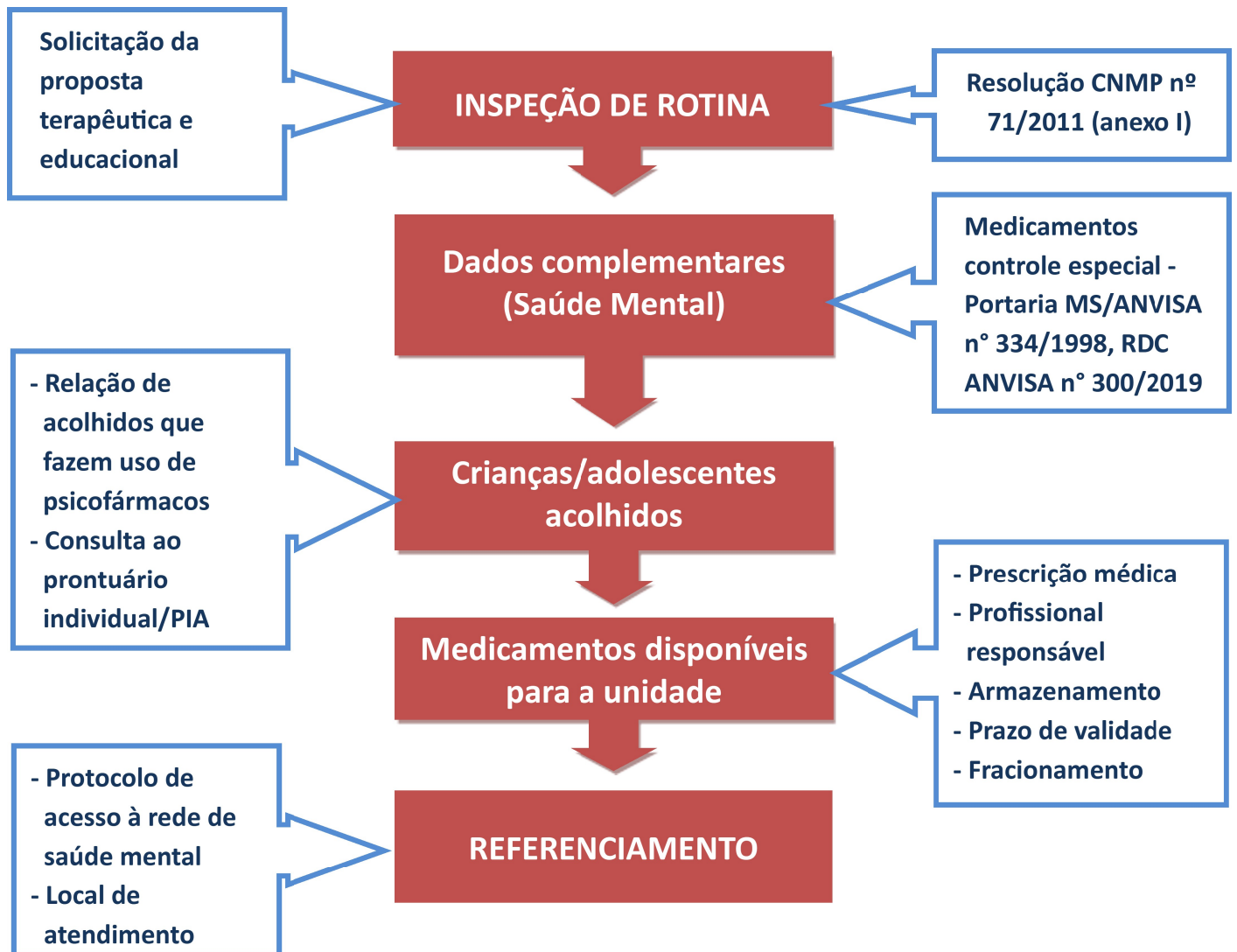


Gilberto Lucio da Silva
Analista Ministerial em Psicologia
Matrícula 188.625-8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude

FLUXO I – MONITORAMENTO DO USO DE PSICOFÁRMACOS EM UNIDADES DE ACOLHIMENTO





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude

FLUXO II – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

